

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Cozila eletrônica*

Class.: 94

Data: 12 a 14 de maio de 1988

Pg.: _____

As vantagens e os riscos do projeto Calha Norte

José Matias Pereira (*)

No elenco dos grandes programas e projetos orientados para a Amazônia, destaca-se, numa fase mais recente, o projeto Calha Norte, que deverá investir, até 1991, cerca de US\$ 85 milhões. E sobre esse projeto e seus reflexos na região que tratarei a seguir.



Iniciado no segundo semestre de 1985, possui o projeto Calha Norte três fases distintas. A primeira, já em execução, visa à instalação de oito bases militares, que vão desde o rio Oiapoque, divisa do Brasil com a Guiana Francesa, até o Solimões, na divisa com a Colômbia, numa faixa de fronteira de 6,5 mil quilômetros de comprimento por 160 quilômetros de largura, numa área que representa 14% de território nacional. A segunda fase irá beneficiar as áreas

ribeirinhas dos rios Amazonas, Solimões e principais afluentes; e a terceira atenderá aos núcleos interiores.

O projeto Calha Norte faz parte de um longo planejamento estratégico, sob inspiração de formulações geopolíticas desenvolvidas na Escola Superior de Guerra (ESG), que visam cristalizar a vocação continental do Brasil, o que significa garantir a integridade política e econômica de seu território. Pode ser definido como um conjunto de programas e projetos especiais de médio e de longo prazos para a ocupação militar e econômica da região. A primeira fase irá desenvolver-se na faixa fronteiriça com a Colômbia, a Venezuela, a Guiana, o Suriname e a Guiana Francesa, onde existem sérios conflitos deflagrados internamente ou mesmo latentes, entre garimpeiros, mineradoras, indígenas e missionários, notadamente a noroeste de Roraima, próximo à fronteira com a Venezuela. na área

da serra Surucucus, bem como no alto rio Negro, próximo à Venezuela e à Colômbia, na região denominada "Cabeça de Cachorro".

A deflagração do projeto ocorreu concomitantemente com o surgimento de rumores da existência de uma proposta de organizações estrangeiras, ligadas ao trabalho missionário na área da serra Surucucus, no sentido de transformar a região numa nação (Estado) Yanomani, retalhando parte do território brasileiro e venezuelano, que ficaria sob a tutela de organismos internacionais.

Deve-se ressaltar que nessa região existe uma província mineral, identificada pela Companhia Vale do Rio Doce, com reservas de cassiterita estimadas em cerca de US\$ 250 milhões, além de outros minerais valiosos.

Na região denominada "Cabeça de Cachorro" estão ocorrendo atividades ilegais de mineração, contrabando e tráfico de drogas.

O mesmo está acontecendo na área de fronteira do alto Solimões, entre Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia).

Destacam-se, ainda, os problemas existentes na divisa com a Guiana Francesa, em relação ao contrabando de minérios (ouro), pimenta-do-reino e palmito.

Não pode ser desconsiderada também a disputa entre a Venezuela e a Guiana pela região de Esequibo, com sérios riscos de conflitos armados.

Está claro que o projeto Calha Norte tem validade pelas suas implicações político-econômicas. A implementação de sua primeira fase permitirá que as relações bilaterais com os países vizinhos se intensifiquem, com base em interesses comuns, especialmente nos setores de construção de estradas, comércio e controle da fabricação e tráfico de drogas. O seu desdobramento certamente permitirá a reativação do Tratado de Cooperação Amazônica, firmado em

1978, que previa intercâmbio nos setores tecnológico, científico e comercial, e que se reuniu apenas uma vez, para tratar da questão da erradicação da febre amarela.

É preciso atentar para o fato de que a ocupação da fronteira norte, além do aspecto geopolítico abordado, fomentará a criação de polos de desenvolvimento, com uma conseqüente elevação do nível de renda da população, bem como permitirá o crescimento populacional dos núcleos urbanos da região. Os inconvenientes do projeto estão relacionados ao risco de dizimação das culturas indígenas da área e ao caráter sigiloso como vem sendo desenvolvido, o que dificulta a participação da comunidade regional no processo de implementação do mesmo.

(*) Economista do Instituto de Planejamento Econômico e Social e consultor em assuntos econômicos da Amazônia, em Belém.